Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Informações gerais e modificações nos negócios

A Unipar Carbocloro S.A., nova denominação social da Unipar Participações S.A. a partir de 09/08/2013, (a "Companhia" ou "Unipar") é uma Sociedade Anônima de capital aberto, com sede no Estado de São Paulo e com ações negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações e, atualmente, tem como atividade preponderante a fabricação de cloro e soda.

Aquisição de participação adicional na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. ("Carbocloro") com a obtenção de controle societário - combinação de negócios em estágios

A Companhia celebrou, em 22 de março de 2013, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a aquisição indireta da participação do Grupo Occidental (representado pela Occidental Química do Brasil Ltda.), na Carbocloro, representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social desta última. O valor da aquisição foi de R\$554.047, pago em 03 de maio de 2013, com recursos captados junto a instituições financeiras, em contratos de sete anos. A base de preparação e apresentação das informações estão descritas na Nota 2.20 e maiores detalhes estão destacados na Nota 13.

Incorporação de empresas

Em 30 de setembro de 2013, a Unipar Carbocloro S.A. incorporou a Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. a valor contábil, resumido na tabela a seguir:

		Ativo		Passivo	Acervo líquido
	Empresa incorporada	circulante	Ativo total	circulante	incorporado
Carbocloro		176.499	1.004.525	106.729	796.743

Conforme protocolo de incorporação, aprovado em Reunião de Acionistas de 30 de setembro de 2013, o acervo líquido da controlada foi avaliado por empresa especializada, que emitiu laudo de avaliação do patrimônio líquido a valor contábil da Sociedade, na data-base de 31 de agosto de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as principais participações da Companhia são as seguintes:

			Particip	ação em
			31/12/13	31/12/12
Razão social	País sede	Negócio	Direta	Direta
Carbocloro Indústrias Químicas Ltda.	Brasil	Cloro e soda	(a)	50,00%
Tecsis Tecnol. e Sistemas Avançados S.A.	Brasil	Pás para geradores de energia eólica	25,25%	25,25%

⁽a) A Carbocloro foi incorporada pela Unipar em 30/09/2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria, em 28/02/2014.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

a) <u>Demonstrações financeiras</u>

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPCs. As práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria adotado o valor de custo ou valor justo.

2.2. Conversão em moeda estrangeira das transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado em forma separada junto com a receita ou despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Ativos financeiros

2.4.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado ("mantido para negociação"), mensurados pelo custo amortizado (mantidos até o vencimento) e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mantidos para negociação

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos, quando existentes, também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo dos instrumentos classificados nesta categoria são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Até 30 de setembro de 2013 a Unipar não era uma companhia operacional, dessa forma, a movimentação das aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação foram apresentadas como "Atividade de investimento" na demonstração dos fluxos de caixa. Em 30 de setembro de 2013 a subsidiária integral Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., uma companhia operacional, foi incorporada pela Unipar e a movimentação das aplicações financeiras classificadas como mantidas para negociação, a partir desta data, foram apresentadas como "Atividade operacional" na demonstração dos fluxos de caixa, uma vez que passaram a ser utilizadas no gerenciamento de fluxo de caixa operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Ativos financeiros--Continuação

2.4.1. Classificação e mensuração--Continuação

b) Mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamento fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. A Companhia entende que não devem ser classificados os ativos que durante o exercício tiver vendido ou reclassificado mais de uma quantia significativa de investimentos mantidos ate o vencimento antes do vencimento. Estão classificadas nesta categoria as debêntures adquiridas da coligada Tecsis conforme detalhe especificado na Nota 32.

c) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria, os empréstimos concedidos e os recebíveis, que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (os quais são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, principalmente, duplicatas a receber de clientes, demais contas a receber e empréstimos concedidos. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Ativos financeiros--Continuação

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente. contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mantidos para negociação é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, guando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

2.4.3. Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Ativos financeiros--Continuação

2.4.4. *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Duplicatas a receber de clientes

As duplicatas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As duplicatas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa "PCLD" (*impairment*). Na prática são reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.6. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, dos dois, o menor. O custo é determinado usando-se o método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. As importações em trânsito são demonstradas pelos custos específicos incorridos.

O estoque de materiais de manutenção, composto substancialmente por peças sobressalentes, é registrado ao custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para giro lento de estoques, considerando o montante que a Companhia espera recuperar pelo uso futuro do ativo em suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Depósitos judiciais

Os depósitos são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para demandas judiciais ou obrigações legais, a menos que tais depósitos sejam legalmente compensáveis contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores.

2.8. Ativos intangíveis

a) Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

b) Programas de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. A vida útil estimada é de cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirem para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como seque:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	15 a 29
Equipamentos e instalações	10 a 19
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e demais bens	5 a 10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos na demonstração do resultado em "Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas".

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*) sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Empréstimos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (pro rata temporis), considerando a taxa efetiva das captações dos referidos empréstimos e financiamentos e variação cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Empréstimos--Continuação

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos, quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto de renda e a contribuição social também são reconhecidos no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos forem realizados ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos forem liquidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Benefícios aos empregados

a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera planos de pensão de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em "Outros resultados abrangentes".

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Benefícios aos empregados--Continuação

b) Assistência médica pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários um benefício de plano de saúde pósaposentadoria. O benefício é concedido quando, de forma cumulativa: (i) o funcionário tenha seu contrato de trabalho rescindido; (ii) tenha mais de 55 anos de idade; e (iii) tenha cumprido com um período de, no mínimo, dez anos de trabalho nessa Companhia.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

c) Aposentadoria compulsória

A Companhia possui um programa de aposentadoria compulsória mediante o qual se encerra o vínculo empregatício quando o funcionário atinge uma determinada idade. Os custos esperados com esse programa são calculados anualmente por atuários independentes utilizando-se o método de crédito unitário projetado.

d) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente apropriado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.16. Reconhecimento da receita

a) Receita de vendas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Reconhecimento da receita--Continuação

a) Receita de vendas--Continuação

A Companhia reconhece a receita quando: (i) os valores das receitas e dos custos podem ser mensurados com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade; e (iii) os riscos e benefícios associados a transação são substancialmente transferidos ao comprador. Na prática, a Companhia adota como critério de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

b) Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.17. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Quando a Companhia compra ações do próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas.

Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos, incluindo os juros sobre o capital próprio, para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral ou na data de pagamento, se for anterior.

2.19. Pronunciamento (novos ou revisados) e interpretações aplicáveis para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e anos subsequentes

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros a IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Sociedade, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Sociedade quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.
- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27) as revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Sociedade não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.
- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros Revisão da IAS 32 essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Sociedade não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Pronunciamento (novos ou revisados) e interpretações aplicáveis para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014 e anos subsequentes--Continuação

- IFRIC 21 Tributos o IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Sociedade não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge Revisão da IAS 39 essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Sociedade não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas informações intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

2.20. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Combinação de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo são reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não é reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade é alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurarse o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda e contribuição social. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificados de depósito bancários ou operações compromissadas da compra e revenda ou ainda derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros não negociados em mercados ativos.

c) Obrigações com benefícios aos empregados

(i) Plano de pensão

A Companhia é patrocinadora de dois plano de benefícios de plano de pensão a saber:

Pós-emprego na modalidade de contribuição definida administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A., no montante de contribuições da Companhia a este plano no total de R\$296 em 31 de dezembro de 2013 (2012 - R\$352); e

Pós-emprego nas modalidades de contribuição definida e benefício definido administrado pela CARBOPREV Sociedade de Previdência Privada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

- c) Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação
 - (i) Plano de pensão--Continuação

A CARBOPREV - Sociedade de Previdência Privada, Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos que tem por objetivo a concessão de complementação dos benefícios pagos pela Previdência Social.

Na CARBOPREV a Companhia é patrocinadora de planos dos tipos "benefício definido - Plano Básico" e de "contribuição variável - Plano Suplementar".

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no Patrimônio Líquido em Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal e aposentadoria antecipada, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, rendas vitalícias na fase de benefício, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

Os ativos financeiros dos planos Básico e Suplementar são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a ele. O valor justo baseiase em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

c) Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

(ii) Plano de saúde

Conforme política de recursos humanos é previsto o reembolso de despesas médicas pelo prazo de 48 meses para os ex-empregados que se encontram aposentados. Esse reembolso é pago diretamente pela Companhia e obedece a uma escala de valores limitados.

Em decorrência de alteração na política de benefícios em 2013 esse benefício não é mais estendido aos funcionários ativos (futuros aposentados). Essa alteração gerou um ganho por liquidação e seus efeitos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

(iii) Outros benefícios de longo prazo e benefícios rescisórios

A Companhia mensura, registra e divulga o passivo resultante do montante esperado com pagamentos de Multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço através de técnicas atuariais utilizando o método de crédito unitário projetado e premissas atuariais de longo prazo.

Até 31/12/2012 a Companhia concedia aos empregados o Benefício de Gratificação por Tempo de Serviço que consistia em um pagamento de bônus equivalente a um múltiplo do salário para os empregados que completassem 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40 e 45 anos de serviço. Porém, com a reformulação da política de benefícios esse benefício foi descontinuado em 2013 sendo todo o custo de liquidação reconhecido no resultado do exercício.

Conforme parágrafo 154 do CPC-33(R1) as remensurações desses passivos são reconhecidas diretamente no resultado e não transitam em outros resultados abrangentes.

d) Vida útil do ativo imobilizado

A determinação da vida útil do imobilizado tem impacto significativo na determinação do resultado da Companhia na medida em que impacta o valor de despesa de depreciação contabilizada. A determinação da vida útil depende de fatores inerentemente incertos, como utilização esperada e níveis de manutenção e desenvolvimentos tecnológicos, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

e) Provisões

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A Administração acredita que essas demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A política da Companhia para a utilização de instrumentos derivativos é voltada apenas para a proteção do risco com a variação cambial. Quando necessário, esta se utiliza dos instrumentos derivativos para proteção de seu passivo financeiro e fluxo de caixa contra os movimentos adversos da taxa de câmbio, sendo que nenhuma operação é realizada para fins especulativos. Toda e qualquer operação de hedge ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está suscetível a esta variação em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano e o euro, conforme a seguir detalhado:

	31 de dezembro de 2013		31 de dezem	bro de 2012
	Moeda estrangeira - milhares	Reais	Moeda estrangeira - milhares	Reais
Passivo Contas a pagar em US\$ Empréstimos em US\$ Empréstimos em €	(496) (3.704)	(1.163) (8.677)	(4.399) (713)	(8.990) (1.922)
Exposição líquida		(9.840)	·	(10.912)

A estratégia para o gerenciamento do risco de variação cambial deve ser defensiva, tratando de proteger os resultados financeiros e o fluxo de caixa contra os movimentos adversos das taxas de câmbio. Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições aos instrumentos derivativos contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através de planilhas e monitoramento de preços e curvas de mercado.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e de aplicações financeiras. Os empréstimos e aplicações financeiras contratados a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos contratados a taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, ativos financeiros mensurados ao valor justo e contas a receber de clientes.

A política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes, avaliando a necessidade de se constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As aplicações financeiras da Companhia estão distribuídas em debêntures da empresa coligada Tecsis, aplicações em debêntures de outras empresas privadas/públicas e aplicações em instituições financeiras. Com relação às aplicações financeiras em instituições financeiras e aplicações em debêntures de outras empresas privadas, a Companhia realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências especializadas (agências de rating e de diagnóstico de crédito). A Companhia mantém o monitoramento do cumprimento de seus procedimentos de seleção de instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2013 Empréstimos Fornecedores	217.668 18.214	187.861 -	432.187 -	166.886 -
Em 31 de dezembro de 2012 Empréstimos Fornecedores Outras obrigações	122.621 532 2.022	120.780	- - -	: :

d) Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. A Administração utilizou como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes por ocasião do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentando um cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução nº 475/08, os quais consideram 25% e 50% de deterioração da variável de risco denominados, respectivamente (cenários II (possível) e III (remoto)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Análise de sensibilidade--Continuação

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2013

(i) Aplicações financeiras

Aplicações financeiras mantidas para negociação

Indexador	Valor	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	67.876	Baixa do CDI	1.707	1.280	848
IPCA	2.441	Baixa do IPCA	36	27	18

Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Indexador	Valor	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA + 8,5% a.a.	40.132	Baixa do IPCA	605	454	302

(ii) Financiamentos

Indexador	Valor	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	710.833	Alta do CDI	17.581	21.924	26.266
TJLP	21.306	Alta da TJLP	351	351	351
CESTA	8.677	Alta do Dólar +			
		Alta da Cesta	136	2.242	4.348

(iii) Premissas utilizadas nas simulações

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,3426	2,9283	3,5139
CDI - % (financiamentos)	9,77	12,21	14,66
CDI - % (aplicações financeiras)	9,77	7,33	4,89
IPCA - % (aplicações financeiras)	6,03	4,52	3,02
TJLP - %	5,00	5,00	5,00
CESTA - %	3,9885	3,9885	3,9885

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira relacionado com o capital total.

A dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Estes índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 podem ser assim demonstrados:

	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 17)	740.816	219.151
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	49.943	1.464
Menos - aplicações financeiras (Nota 8)	110.449	261.848
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(580.424)	44.161
Total do patrimônio líquido	742.033	411.906
Total do capital	1.322.457	367.745
Índice de alavancagem financeira - %	43,89	(12,01)

A Companhia também monitora o capital com base nos índices de alavancagem relacionados com a geração de caixa operacional através da divisão da divida líquida pelo EBITDA que é apurado através do lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, apresentado nas demonstrações de resultados, líquido do efeito da depreciação e amortização no exercício. Estes índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e de2012 podem ser assim demonstrados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

	2013	2012
Total dos empréstimos (Nota 17)	740.816	219.151
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	49.943	1.464
Menos - aplicações financeiras (Nota 8)	110.449	261.848
(Dívida líquida) ativos financeiros líquidos	(580.424)	44.161
EDITO 4	407.407	27.000
EBITDA	407.187	37.286
Coeficiente de dívida líquida/EBITDA	1,43	(1,18)

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 e CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia, que são mensurados a valor justo, foram, em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, precificados com base na hierarquia descrita no nível 2 acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos financeiros Ativos financeiros		
	Empréstimos e recebíveis	mantidos até o vencimento	mantidos para negociação	Total
Ativos				
Valor justo				
Aplicações financeiras	-	-	70.317	70.317
Caixa e equivalente de caixa	49.943	-	-	49.943
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	-	40.132	-	40.132
31 de dezembro de 2013	49.943	40.132	70.317	160.392
Valor justo				
Aplicações financeiras	_	_	247.147	247.147
Caixa e equivalente de caixa	1.464	-	-	1.464
Custo amortizado				
Aplicações financeiras	_	14.701	_	14.701
31 de dezembro de 2012	1.464	14.701	247.147	263.312
	31 de dezembro	31 de dezembro		
	de 2013	de 2012		
Passivos				
Custo amortizado				
Empréstimos	740.816	219.151		
Fornecedores	18.214	532		
Outros passivos	27.722	2.022		
	786.752	221.705		

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2013	2012	
Conta corrente, depósitos bancários de curto prazo e aplicações financeiras em entidades de baixo risco de crédito Entidade com risco de crédito maior	120.258 40.134	263.312	
	160.392	263.312	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

Recursos em caixa e contas correntes bancárias	2013 2.848	2012 657
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs) compromissados pelo agente emissor com liquidez diária garantida contratualmente	47.095	807
	49.943	1.464

8. Aplicações financeiras

	2013	2012
Mantidos para negociação		
Certificado de Depósitos Bancários - CDBs (1)	45.715	230.876
Cotas de Fundos de Investimentos	7.163	5.775
Debêntures empresas Privadas / Públicas	17.439	10.496
	70.317	247.147
Mantidos até o vencimento		
Debêntures Tecsis (Vide Nota 32)	40.132	14.701
	110.449	261.848
Circulante	72.449	261.848
Não circulante	38.000	-

⁽¹⁾ A Companhia possui o montante de R\$34 milhões dados em garantia referente a empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil. Maiores detalhes vide Nota 17.

9. Duplicatas de clientes a receber

	2013	2012
Clientes nacionais	89.526	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.487)	-
	82.039	-
Parcela circulante	78.732	-
Parcela não circulante	3.307	-

Todas as duplicatas a receber não circulantes vencem em até cinco anos a contar da data do balanço e são indexadas a taxas que variam de 0,8% a 1,5% ao mês.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Duplicatas de clientes a receber--Continuação

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2013	2012
Em 1º de janeiro	870	-
Incorporação da Carbocloro	5.509	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.108	-
Em 31 de dezembro	7.487	-

Esta nota somente apresenta saldos em 31 de dezembro de 2013 em decorrência da incorporação integral da subsidiária Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. pela Unipar em 30 de setembro de 2013.

A constituição e a baixa da provisão para créditos de liquidação duvidosa de duplicatas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Outras despesas (receitas) operacionais líquidas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia.

A tabela a seguir resume os saldos de contas a receber por vencimento líquido da provisão para perdas:

2013	
Bruto	Provisão
78.483	-
3.745	-
139	139
7.348	7.348
89.715	7.487
(189)	-
89.526	7.487
	78.483 3.745 139 7.348 89.715

As duplicatas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas em reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos a recuperar

	2013	2012
Imposto de renda (i)	30.037	30.531
ICMS a recuperar (ii)	3.808	-
PIS e COFINS	-	2.883
PIS a compensar Lei nº 9.715	2.979	-
Outros	1.915	33
	38.739	33.447
Circulante Não circulante	36.461 2.278	33.447 -

Os valores são substancialmente provenientes dos impostos e tributos, a saber:

- (i) Créditos provenientes de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre Juros s/ Capital Próprio (JCP).
- (ii) Impostos incidentes sobre aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante.

11. Estoques

	2013	2012
Matérias-primas	9.867	-
Produtos em processo	2.711	-
Produtos acabados	4.242	-
Provisão para desvalorização	(1.575)	-
Materiais auxiliares e embalagens	2.713	-
Materiais de manutenção e outros	16.502	-
,	34.460	-
Não circulante	12.757	-
Circulante	21.703	-

Esta nota somente apresenta saldos em 31 de dezembro de 2013 em decorrência da incorporação integral da subsidiária Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. pela Unipar em 30 de setembro de 2013.

As movimentações na provisão para desvalorização dos estoques da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	-
Incorporação da Carbocloro	(1.529)
Constituição de provisão	(1.341)
Reversão de provisão	1.295
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.575)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Depósitos judiciais

b)

a) Composição dos depósitos judiciais

	2013	2012
Tributários	41.233	35.827
Trabalhistas	2.813	1.148
Não circulante	44.046	36.975
Movimentação dos depósitos judiciais		
	2013	2012
Saldo inicial	36.975	33.921
Incorporação da Carbocloro	679	-
Transferência de depósitos sem reserva	4.492	-
Adição de depósito	426	1.077
Atualização monetária	2.116	2.413
Baixa de depósito	(642)	(436)
Saldo final	44.046	36.975

O saldo dos depósitos judiciais é composto, principalmente, pelos processos judiciais tributários a seguir:

- PERDCOMPs não homologadas pela Receita Federal, no valor de R\$19.758 (31/12/2012
 R\$18.645), sem constituição de provisão por estar classificado como êxito provável;
- Ex-controlada Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas no valor de R\$12.059 (31/12/2012 - R\$11.330), sem constituição de provisão por estar classificado como perda possível;
- PIS COFINS diferença de alíquota de 1% sobre os impostos recolhidos no período de abril/99 a maio/2001 no valor de R\$8.071 (31/12/2012 - R\$7.797), sem provisão constituída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Combinação de negócios

A Companhia celebrou, em 03 de maio de 2013, Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, para a aquisição indireta da participação do Grupo Occidental (representado pela Occidental Química do Brasil Ltda.), na Carbocloro Indústrias Químicas Ltda., representativa de 50% (cinquenta por cento) do capital social desta última. O valor da aquisição foi de R\$554.048, pago com recursos captados junto a instituições financeiras, em contratos de sete anos. Tendo em vista que a Unipar já detinha participação de 50% na Carbocloro registrada pelo custo histórico no montante de R\$209.822, essa combinação de negócios foi tratada como uma combinação em estágios e, dessa forma, a participação anterior da Unipar na Carbocloro foi mensurada a valor justo e a valorização desse investimento foi registrada no resultado do exercício no valor de R\$344.226.

Para atender às premissas estabelecidas pelo CPC 15 - Combinação de Negócios, a Companhia ainda não finalizou os estudos em conformidade com as normas contábeis estabelecidas, mas já efetuou em 30 de setembro de 2013 a alocação do valor justo dos ativos e passivos.

O valor justo na data de aquisição da contraprestação transferida totalizou R\$1.108.094, que consistiu no seguinte:

Caixa - pagamento aquisição de 50% da Carbocloro	554.047
Valor justo da participação de 50% da Unipar na Carbocloro	
imediatamente antes da combinação de negócio	554.047
Total	1.108.094

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos estimados na data de aquisição da Carbocloro foi como segue:

Descrição	
Imobilizado	876.350
Carteira de clientes	212
Outros ativos e passivos líquidos	(2.328)
IRPJ e CSLL diferidos	(154.561)
Demandas judiciais com perdas de riscos possíveis	(1.598)
Ativos líquidos adquiridos	718.075
Ágio	390.020

O ágio preliminar divulgado no ITR findo em 30 de junho de 2013 foi ajustado com base em avaliação independente da mais-valia dos ativos e passivos assumidos, que resultaram em uma variação de R\$45.794.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

	2013	2012
Investimento Carbocloro	-	187.268
Investimento Tecsis	4.377	36.071
Ágio sobre aquisição da Tecsis	26.897	26.897
Mais-valia de ativos e passivos da Tecsis	58.506	58.506
Amortização mais-valia Tecsis	(7.274)	(3.442)
Saldo final	82.506	305.300

a) Movimentação dos investimentos

	Carbocloro	Tecsis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	187.268	118.032	305.300
Equivalência patrimonial	67.533	(31.694)	35.839
Valor pago para aquisição da participação			
adicional de 50% da Carbocloro	554.047	-	554.047
Valor do ágio	(390.020)	-	(390.020)
Valor Incorporado pela Unipar	(418.828)	-	(418.828)
Amortização de valor justo	-	(6.960)	(6.960)
IRPJ/CSLL s/ amortização de valor justo	-	2.367	2.367
Ajuste de avaliação patrimonial	_	761	761
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	82.506	82.506

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos--Continuação

b) Informações das investidas

Saldo em 31 de dezembro de 2013											
·	% Part. ações	Lucro/			Receita	Capital	Patrimônio	Ajuste ao	Total base	Nossa part.	Equivalência
Empresas	ordinárias	prejuízo	Ativo	Passivo	líquida	social	líquido total	patrimônio líquido	ajustado	patrimônio líquido	patrimonial
Tecsis	25,25	(126.102)	1.008.728	965.220	842.223	231.048	43.508	(26.174)	17.334	4.377	(31.694)

Saldo em 31 de dezembro de 2012											
Empresas	% Part. ações ordinárias	Lucro/ preiuízo	Ativo	Passivo	Receita líguida	Capital social	Patrimônio líquido total	Ajuste ao patrimônio líquido	Total base ajustado	Nossa part. patrimônio líquido	Equivalência patrimonial
Carbocloro	50	98.552	624.747	250.212	710.771	188.303	374.535	-	-	187.268	49.275
Tecsis	25,25	66.840	881.903	715.889	1.319.050	231.049	166.014	(26.174)	139.840	35.310	16.878
Unipar Commerce	100	(15)	-	-	-	-	-	· -	-	-	(15)
Total dos investimentos										222.578	66.138

Carbocloro

Conforme descrito na Nota 1, no 2º trimestre de 2013, a Companhia adquiriu 50% do capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. passando a deter 100% do capital total desta.

Localizada em Cubatão - SP tem por objetivo social a produção e comercialização de soda cáustica, cloro líquido, hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, dicloroetano (EDC) e derivados.

Tecsis Tecnologia e Sistemas Avançados S.A.

Localizada em Sorocaba - SP tem por objetivo social a produção e comercialização de pás customizadas para geradores de energia eólica.

Unipar Commerce

Suas atividades foram encerradas no exercício de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

	31 de dezembro de 2012	Adições	Transferências	Baixas	Incorporação da Carbocloro	Combinação de negócios	31 de dezembro de 2013
Custo							
Terrenos	3.093	-	-	-	2.292	245.258	250.643
Edificações e construções	-	-	3.434	-	124.209	10.081	137.724
Equipamentos e instalações	1.283	-	12.033	(127)	789.854	199.022	1.002.065
Veículos	962	-	482	(1.564)	2.119	18	2.017
Móveis e utensílios	983	-	330	(120)	10.220	-	11.413
Demais bens	550	-	365	(71)	9.668	-	10.512
Total em operação	6.871	-	16.644	(1.882)	938.362	454.379	1.414.374
Imobilizado em andamento	-	44.645	(16.780)	` -	26.180	-	54.045
Tributos diferidos	-	-	· , ,	-	-	(154.489)	(154.489)
Total	6.871	44.645	(136)	(1.882)	964.542	299.890	1.313.930
Depreciação			` ,				
Edificações e construções	-	(3.510)	-	-	(37.706)	(122)	(41.338)
Equipamentos e instalações	(1.219)	(34.815)	-	83	(449.480)	(3.110)	(488.541)
Veículos	(241)	` (480)	-	483	` (571)	` (2)	` (811)
Móveis e utensílios	(710)	(794)	-	88	(6.177)	-	(7.593)
Demais bens	(443)	(777)	-	15	(5.141)	-	(6.346)
Total em operação	(2.613)	(40.376)	-	669	(499.075)	(3.234)	(544.629)
Realização tributos diferidos	` -	-	-	-	-	`1.101 [′]	` 1.101 [′]
Total	(2.613)	(40.376)	-	669	(499.075)	(2.133)	(543.528)
	4.258	4.269	(136)	(1.213)	465.467	297.757	770.402

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Intangível

	Ágio - combinação de negócios em estágios	Carteira de clientes	Direito de uso de software/pesquisa e desenvolvimento	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012				·
Saldo inicial	-	-	50	50
Incorporação Carbocloro	-	-	2.110	2.110
Alocação carteira de clientes	-	212	-	212
(-) Tributos diferidos	-	(69)	-	(69)
Alocação do ágio	390.020	-	-	390.020
Transferências	-	-	136	136
Amortização	-	(7)	(256)	(263)
Baixa	-	-	(1.559)	(1.559)
Saldo contábil, líquido	390.020	136	481	390.637
Em 31 de dezembro de 2013				
Custo	390.020	212	2.296	392.528
Amortização acumulada	-	(76)	(1.815)	(1.891)
Saldo contábil líquido	390.020	136	481	390.637

17. Empréstimos e financiamentos

	2013	2012
Financiamentos em moeda nacional		
Atualizados com base na variação da UR - TJLP (TJLP + 2,00% a.a.)	21.306	-
Atualizados com base na variação do CDI (106,13% a.a. do CDI) (1)	112.966	219.151
Atualizados com base na variação do CDI (CDI + 1,99% a.a.) (2)	597.867	-
Financiamentos em moeda estrangeira		
Cesta de moedas (cesta + 2,53% a.a.)	8.677	-
Total dos empréstimos e financiamentos	740.816	219.151
Circulante	149.482	107.624
Não circulante	591.334	111.527

⁽¹⁾ Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa com base na taxa média de cotação dos empréstimos de 115% do CDI em 31 de dezembro de 2013 (31 de dezembro de 2012 - 121%).

Como garantia dos empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco do Brasil, foi oferecida uma aplicação financeira, equivalente a 30% do saldo devedor dos contratos, em 31 de dezembro de 2013 este valor corresponde a aproximadamente R\$34 milhões.

⁽²⁾ R\$560 milhões referem-se ao valor atualizado da operação de financiamento, via emissão de notas promissórias, contratada em maio de 2013, e substituída por debêntures em novembro de 2013, para aquisição de 50% da Carbocloro (conforme divulgado na Nota 1). Como garantia desta operação, foi oferecida a cessão fiduciária da totalidade dos valores referentes às distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, ou quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidas pela Companhia aos acionistas Frank Geyer Abubakir, Maria Soares de Sampaio Geyer, e Vila Velha S.A. Administração e Participações (excetuado o montante devido a Sra. Maria Cecília de Sampaio Geyer na qualidade de usufrutuária de parte das ações da Companhia, detidas por Vila Velha S/A Administração e Participações). A cessão fiduciária dos dividendos foi oferecida sob condição suspensiva de eficácia e validade, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A exposição dos empréstimos da Companhia a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	2013	2012
2013	-	107.624
2014	149.482	111.527
2015	124.184	-
2016	106.184	-
2017	106.184	-
2018 em diante	254.782	
	740.816	219.151

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são os seguintes:

	Valor contábil		Valor	justo
	2013	2012	2013	2012
Financiamentos em moeda nacional	732.139	219.151	731.533	217.179
Financiamentos em moeda estrangeira	8.677	-	8.677	-
	740.816	219.151	740.210	217.179

Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

Certos empréstimos apresentam também cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros (*covenants*). Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia estava adimplente com o atendimento dessas cláusulas.

18. Demandas judiciais

	2013	2012
Fiscais	16.109	3.016
Trabalhistas	3.938	2.000
Ambientais	664	-
Outras perdas possíveis Total	1.598 22.309	5.016
Total	22.303	5.016
Depósito judicial	(14.582)	(3.016)
	7.727	2.000
Circulante	3.109	-
Não circulante	4.618	2.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demandas judiciais--Continuação

a) Demandas fiscais

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
 - i) Refere-se à correção monetária das parcelas do imposto de renda do exercício de 1989 e imposto de renda sobre o lucro líquido e contribuição social de 1990.
- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
 - i) Em função de ter sido revogada a liminar concedida anteriormente para a suspensão da exigibilidade dos valores devidos na forma da Lei nº 9.718/98, garantindo o direito ao recolhimento conforme legislação anterior (Lei Complementar nº 7/70 e Lei Complementar nº 70/91), a Companhia efetuou depósito judicial da diferença provisionada, que em 31 de dezembro de 2013 registrava o montante atualizado de R\$3.109 (31/12/2012 R\$3.016).
 - ii) Ação ajuizada para suspensão e de exigibilidade do PIS e COFINS incidentes sobre o valor do ICMS que integra o faturamento da Companhia.
- Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU)

Refere-se à ação anulatória de débito fiscal IPTU - município de Cubatão/SP, em razão do excessivo valor venal adotado como base de cálculo pelo município.

b) <u>Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias</u>

As ações judiciais de natureza trabalhistas referem-se, de maneira geral, a discussões de exfuncionários questionando o direito sobre verbas não pagas.

Nas ações judiciais previdenciárias, a Companhia questiona a incidência de encargos sociais sobre determinadas verbas remuneratórias.

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas trabalhistas e previdenciárias, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis no montante de R\$1.227, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Demandas judiciais--Continuação

c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, disputas judiciais fiscais no montante de R\$43.236 (31/12/2012 - R\$40.081), compostas substancialmente por compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal e processo de alargamento de base de cálculo - COFINS, processos judiciais ex-controladas Goyana e Petroflex, para as quais os consultores jurídicos consideram como possíveis as possibilidades de perdas e, portanto, não há provisão constituída.

Movimentação das provisões para demandas judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2012	Fiscais 3.016	Trabalhistas 2.000	Ambientais -	Outros -	Saldo 5.016	Depósito judicial (3.016)	Saldos das demandas judicias 2.000
Incorporação da Carbocloro	35.081	3.646	664	1.598	40.989	(15.066)	25.923
Adição de provisão	- (0.000)	1.103	-	-	1.103	(992)	111
Reversão/baixa Atualização monetária	(9.902) 407	(1.631) 19	-	-	(11.533) 426		(11.533) 426
Pagamentos Transferido p/ depósitos sem	(12.493)	(1.199)	-	-	(13.692)	-	(13.692)
provisão para demanda judicial	-	-	-	-	-	4.492	4.492
Saldo em 31 de dezembro de 2013	16.109	3.938	664	1.598	22.309	(14.582)	7.727
Circulante	3.109	-	-	-	3.109	-	3.109
Saldo não circulante	13.000	3.938	664	1.598	19.200	(14.582)	4.618

19. Outros passivos circulantes

	2013	2012
Serviços técnicos profissionais	8.137	=
Fretes sobre vendas	4.093	-
Desembaraço alfandegário	2.717	-
Obrigações de natureza fiscais	1.774	-
Obrigações de natureza trabalhistas e previdenciárias	3.468	2.022
Outras obrigações e compromissos	1.642	-
	21.831	2 022

As rubricas que somente apresentam saldos em 31 de dezembro de 2013 são decorrentes da incorporação integral da subsidiária Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. pela Unipar em 30 de setembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos resultados apurados no exercício é determinada respeitando-se os acordos celebrados entre a Companhia e seus empregados, com a participação dos sindicatos classistas, observando-se as disposições legais, conforme estabelecido pelo Estatuto Social da Companhia.

21. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	2013	2012
Lucro antes dos impostos	353.615	37.388
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto - 34% Resultados de subsidiárias por equivalência patrimonial Prejuízos fiscais para os quais nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido	(120.229) 7.940 -	(12.712) 22.487 (5.362)
Combinação de negócios em estágios Amortização do ágio fiscal Outras exclusões (adições) temporárias e permanentes, não constituição de IR e CS diferidos	117.037 1.651 58	(2.519)
Encargo fiscal Alíquota efetiva	6.457 (2%)	1.894 (5%)

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências. A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma nas suas demonstrações financeiras. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

2012

b) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Geração e estorno de diferenças temporárias	(7.081)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	14.457	-
Amortização valor justo Tecsis	2.367	-
Depreciação/amortização valor justo ativos Carbocloro	1.104	-
Efeito no cálculo de depreciação PN nº1/2011	(4.903)	-
S/ IOF e comissão de financ. e aplicações financeiras	513	1.894
Despesa de imposto de renda e contribuição social	6.457	1.894

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias. As alíquotas desses impostos para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	2013	2012
Ativo de imposto diferido		
Diferenças temporárias:		
Demandas judiciais	4.566	-
Obrigação com benefícios a empregados	8.487	-
Provisões sobre frete, PCLD e outras	4.900	-
Prejuízo fiscal e base negativa	14.457	-
Outros	976	-
Total do imposto diferido ativo	33.386	
Passivo de imposto diferido		
Atualização monetária	(718)	-
Regime Transitório de Transição (RTT):	` ,	
Efeito no cálculo de depreciação PN nº 1/2011	(37.627)	-
IOF e comissão s/ financiamentos	(331)	(844)
Total do imposto diferido passivo	(38.676)	(844)
Passivo de imposto diferido (líquido)	(5.290)	(844)
Passivo de imposto diferido (líquido)	(5.290)	(844)

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia gerou prejuízos fiscais no valor de R\$41.929 e base negativa de R\$43.894, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, sem prazo de prescrição. Em 31 de dezembro de 2012 não foi reconhecido um ativo fiscal diferido em virtude da incerteza de lucros tributáveis futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A recuperação dos tributos diferidos da Companhia foi projetada de acordo com a realização de determinados eventos e está dividida conforme abaixo:

_	2013	2012
Ativo de imposto diferido Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	33.386	-
-	33.386	-
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado após 12 meses	(38.676)	(331)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	-	(513)
	(38.676)	(844)

Em 30 de setembro de 2013, a subsidiária integral Carbocloro foi incorporada pela Unipar.

22. Obrigações com benefícios aos empregados

A composição do passivo atuarial líquido, preparadas com base no laudo atuarial de 31 de dezembro de 2013 e de acordo com CPC 33 (R1), é demonstrada a seguir:

	2013
Plano de previdência (básico + suplementar)	-
Plano de saúde	584
Benefícios rescisórios (multa FGTS)	21.351
Total	21.935

A Companhia é a principal patrocinadora da Carboprev, que tem como principais objetivos a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos funcionários da Unipar Carbocloro.

A política previdencial da Companhia executada pela Carboprev tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores ligados ao Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS), como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos planos de benefícios, também em concordância com a Resolução de nº 3792 do Conselho Monetário Nacional, de 24 de setembro de 2009, em que são nomeados pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão os Administradores Tecnicamente Qualificados para a Gestão dos Investimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

A Carboprev é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

O plano de aposentadoria na modalidade "benefício definido" é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a entidade etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Para a execução de seus objetivos, a Carboprev recebe contribuições mensais dos patrocinadores e de seus participantes, calculadas com base na remuneração mensal dos funcionários, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação de seu patrimônio. A Companhia contribuiu no exercício para os Planos Básico e Suplementar o montante de R\$2.298. Esses valores referem-se apenas à parcela de benefício definido dos planos.

Os planos de benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Companhia se fundamentam nos respectivos regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos participantes e, das patrocinadoras, o plano de custeio atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos planos de benefícios administrados pela Carboprev, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos Básico e Suplementar, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, alterada pela Resolução CNPC nº 9/2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

a) Principais premissas

As principais premissas a seguir foram calculadas com base nas informações vigentes em 31 de dezembro de 2013, sendo revisadas anualmente:

Hipóteses econômicas	2013
Taxa de desconto nominal	11,93% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	5,00% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	6,89% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	5,00% a.a.
Hinóteses demográficas	2013

Hipóteses demográficas	2013
Tábua de mortalidade de válido	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability
Tábua de rotatividade	Até 10SM: 0.45/(TS+1)
	De 10 a 20SM: 0.30/(TS+1)
	Acima de 20SM: 0.15/(TS+1)
Idade de aposentadoria	10% na 1º elegibilidade
	3% entre a 1º elegibilidade e a aposent.
	normal e
	100% na elegibilidade a aposent. normal.
% de participantes ativos casados na data da	Ativos 90% casado com esposa quatro anos
aposentadoria	mais jovem
	Assistidos: família real

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Companhia.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

A Companhia e a Carboprev juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

Volatilidade dos ativos

As obrigações do plano são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

a) Principais premissas--Continuação

Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por um aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de pensão são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação). A maior parte dos ativos do plano ou não são afetados (títulos com juros pré-fixados) ou têm uma pequena correlação (ações) com a inflação, o que significa que uma alta na inflação resultará também em alta no déficit.

Expectativa de vida

A maior parte das obrigações dos planos consiste na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Isso é particularmente significativo no caso do plano do Brasil, no qual os reajustes por conta da inflação resultam em maior sensibilidade às mudanças na expectativa de vida.

b) Resultados contábeis atuariais

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695/12, e ela é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Plano de Previdência

	2013	2012	
Valor presente das obrigações atuariais	82.318	-	_
Valor justo dos ativos	(96.891)	-	
Superávit	(14.573)	-	
Efeito do teto do ativo	14.573	-	
Passivo atuarial líquido	-	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

b) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Plano de Previdência--Continuação

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Incorporado Carbocloro	101.565	-
Custo de serviço corrente	2.014	-
Custo financeiro	8.622	-
Contribuições dos participantes do plano	17	-
Perdas atuariais - experiência	4.587	-
Ganhos atuariais - premissas financeiras	(30.039)	-
Benefícios pagos sobre ativos do plano	(4.448)	-
	82.318	-

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Incorporado Carbocloro	96.237	-
Receitas de juros sobre os ativos do plano	(5.467)	-
Retorno esperado sobre os ativos do plano	8.254	-
Contribuições do empregador	2.298	-
Contribuições dos empregados	17	-
Benefícios pagos	(4.448)	-
	96.891	-

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

Incorporado Carbocloro Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido Contribuições da patrocinadora Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período 5.328 - (2.298) - (5.412)	_	2013	2012
Contribuições da patrocinadora (2.298) - Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto (5.412) -	Incorporado Carbocloro	5.328	-
Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto (5 412) -	Custo de serviço corrente e juros sobre ativo líquido	2.382	-
		(2.298)	-
	Efeitos de remensuração - ganhos atuariais e variação de teto do ativo no período	(5.412)	-
Passivo atuarial líquido	Passivo atuarial líquido	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

b) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Plano de Previdência--Continuação

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	Pagamentos estimados
31/12/2014	5.032
31/12/2015	5.359
31/12/2016	6.286
31/12/2017	6.825
31/12/2018	7.510
31/12/2019 a 31/12/2023	48.053

Outros dados acerca do plano:

Quantidade de participantes	2013	2012
Ativos	419	-
Vested	6	-
Aposentados	86	-

Plano de Saúde

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Incorporado Carbocloro	7.996	-
Custo de serviço corrente	360	-
Custo financeiro	686	-
Ganhos atuariais - experiência	(1.549)	-
Ganhos atuariais - premissas financeira	(11)	-
Benefícios pagos sobre ativos do plano	-	-
Benefício pago diretamente pela Companhia	(137)	-
Custo de serviço passado	(6.761)	-
	584	-

A obrigação atuarial relacionada ao plano de saúde não possui ativos financeiros como garantia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

b) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Plano de Saúde--Continuação

A movimentação do passivo atuarial líquido do plano de benefício no exercício é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Incorporado Carbocloro	7.996	-
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo		
de serviço passado	(5.715)	-
Contribuições da patrocinadora	(138)	-
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e		
variação de teto do ativo no período	(1.559)	-
	584	-

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	Pagamentos estimados
31/12/2014	149
31/12/2015	161
31/12/2016	174
31/12/2017	188
31/12/2018	204
31/12/2019 a 31/12/2023	1.101

Outros dados acerca do plano:

A quantidade de empregados e ex-empregados beneficiários desse benefício de reembolso de despesas médicas totaliza 32 em 31 de dezembro de 2013.

Benefícios rescisórios - multa do FGTS

Em 10 de maio de 2004, foi aprovada pela diretoria da Companhia a política corporativa de desligamento de funcionários que inclui o desligamento compulsório de funcionários atingindo a idade limite de 60 anos. Nesses casos, a política define o pagamento de todas as verbas rescisórias normalmente pagas no desligamento de funcionários, inclusive a multa rescisória de 50% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Este benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

b) Resultados contábeis atuariais--Continuação

Benefícios rescisórios - multa do FGTS--Continuação

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2013	2012
Incorporado Carbocloro	28.303	-
Custo de serviço corrente	1.304	-
Custo financeiro	2.368	-
Perdas atuariais - experiência	3.581	-
Ganhos atuariais - premissas financeiras	(3.396)	-
Benefício pago diretamente pelo empregador	(6.611)	-
Custo de serviço passado	(4.198)	-
	21.351	-

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

	Pagamentos estimados
31/12/2014	5.033
31/12/2015	1.589
31/12/2016	2.883
31/12/2017	3.083
31/12/2018	3.941
31/12/2019 a 31/12/2023	14.287

Outros dados acerca do plano:

A quantidade de empregados ativos beneficiários desses benefícios totaliza 417 em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Obrigações com benefícios aos empregados--Continuação

c) Análise de sensibilidade

As premissas adotadas para o cálculo atuarial do plano de benefício definido têm um efeito significativo sobre os montantes divulgados. Apresentamos a seguir o impacto no cálculo dos benefícios considerando a alteração das premissas assumidas:

Plar	10	dΔ	nra	/10	Δn	CID
ı ıaı	ıv	uc	ישוע	V I U		ula

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	12,93%	Aumento de 1%	(8.089)
Taxa de desconto	10,93%	Redução de 1%	9.747
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(1.368)
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	1.323

Plano de saúde

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	12,93%	Aumento de 1%	(4)
Taxa de desconto	10,93%	Redução de 1%	4
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	-
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	-

Benefícios rescisórios

Descrição da premissa	Dados considerados no laudo atuarial	Avaliação do impacto	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação
Taxa de desconto	12,93%	Aumento de 1%	(997)
Taxa de desconto	10,93%	Redução de 1%	1.117
Tábua de mortalidade	AT -2000 agravada em 10%	Aumento de 10%	(40)
Tábua de mortalidade	AT -2000 desagravada em 10%	Redução de 10%	39

Esta nota somente apresenta saldos em 31 de dezembro de 2013 em decorrência da incorporação integral da subsidiária Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. pela Unipar em 30 de setembro de 2013.

A Administração avaliou os impactos do CPC 33 (R1) e conclui que não são relevantes para uma representação dos saldos comparativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Capital social

a) Capital autorizado

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2013 foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 2, com aumento de 3.730 na quantidade de ações. Após o referido aumento, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 384.331, dividido em 835.502.072 ações, com valor nominal de R\$ 0,46 por ação. Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a redução do capital social no valor de R\$451.169, sem alterar a quantidade de ações, mediante a compensação de parte dos prejuízos acumulados em 31 de dezembro de 2011. Após a referida redução, o capital social da Companhia passou a ser de R\$384.329, dividido em 835.498.342 ações, com valor nominal de R\$0,46 por ação.

A Companhia poderá aumentar o capital social até o valor de R\$840.000.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$384.331 e R\$384.329 está composto de ações nominativas escriturais, de valor unitário de R\$0,46, com a seguinte distribuição:

Ações ordinárias	
Ações preferenciais Classe A	
Ações preferenciais Classe B	

Quantidade de ações em milhares		
2013	2012	
278.501	278.499	
25.907	25.907	
531.094	531.092	
835.502	835.498	

c) <u>Direitos das ações</u>

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais.

As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre o valor nominal de cada ação, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, e recebimento de um dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Capital social--Continuação

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui 29.215.485 ações em tesouraria e em 31 de dezembro de 2012 possuía 484.062 com valor contábil correspondente a R\$14.879 e R\$715 e valor de mercado de R\$15.553 e 194, respectivamente.

24. Reservas de lucros

	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva de retenção de lucros	Reserva de Lucros à Realizar	Total
Em 31 de dezembro de 2012	1.848	1.848	24.486	-	28.182
Constituição de Reservas	18.004	18.004	41.015	267.203	344.226
Em 31 de dezembro de 2013	19.852	19.852	65.501	267.203	372.408

a) Reserva legal

Essa reserva é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir os limites fixados pela legislação societária. O cálculo da reserva legal esta demonstrado na Nota Explicativa nº 29.

b) Reserva especial para dividendos - estatutária

A essa reserva são destinados, anualmente, 5% do lucro líquido do exercício, além da reversão do valor do dividendo obrigatório pago antecipadamente. O saldo não poderá exceder 20% do capital social.

Essa reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar o pagamento antecipado do dividendo obrigatório durante cada exercício social até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as respectivas demonstrações financeiras.

c) Reserva de retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$ 41.015, para fazer jus ao orçamento de capital, a ser arquivado na CVM.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita operacional líquida

	2013	2012	
Receita bruta de vendas Mercado interno	244.650	-	
Impostos incidentes sobre vendas e abatimentos	(57.341)	-	
Receita líquida de vendas	187.309	-	_

Esta nota somente apresenta saldos em 31 de dezembro de 2013 em decorrência da incorporação integral da subsidiaria Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. pela Unipar em 30 de setembro de 2013.

26. Despesas por natureza

	2013	2012
Variações nos estoques de matérias-primas, materiais de		
consumo, produtos em elaboração e produtos acabados	37.075	-
Energia elétrica	32.157	45
Despesa com salários e benefícios a empregados	35.218	11.670
Encargos de depreciação e amortização	16.913	4.403
Serviços de terceiros	20.470	3.613
Despesas com fretes sobre vendas	20.104	-
Outras	10.490	3.572
Custo total das vendas, custos de distribuição e despesas		
administrativas	172.427	23.303

As rubricas que somente apresentam saldos em 31 de dezembro de 2013 são decorrentes da incorporação integral da subsidiária Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. pela Unipar em 30 de setembro de 2013.

27. Resultado financeiro

a) Receita e despesas financeiras

	2013	2012
Despesa financeira Juros de empréstimos e financiamentos Outras despesas financeiras	(55.558) (6.019)	(29.327) (1.169)
Despesa financeira	(61.577)	(30.496)
Receita financeira Receitas de equivalentes de caixa e TVM Outras receitas	17.494 7.546	30.793 4.208
Receita financeira	25.040	35.001

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Resultado financeiro--Continuação

b) Perdas cambiais financeiras, liquidas

_	2013	2012
Variações cambiais passivas sobre empréstimo recebido Outras variações cambiais	(44) (79)	-
Perdas cambiais financeiras líquidos	(123)	-

28. Lucro por ação - básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, preferenciais Classe A e Classe B emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 23.d):

2012

2012

		31 de dezembro de 2013	
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações	Lucro por ação
		-	•
Ações ordinárias	116.309	277.524	0,41910
Ações preferenciais Classe A	11.943	25.906	0,46101
Ações preferenciais Classe B	231.820	502.857	0,46101
Total	360,072	806.287	
		31 de dezembro de 2012	
Tipo de ação	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade de ações	Lucro por ação
A = ~ = = = malin 4 min =	12.283	278.499	0,04410
Acoes ordinarias			
Ações ordinárias Ações preferenciais Classe A			,
Ações ordinarias Ações preferenciais Classe A Ações preferenciais Classe B	1.257 25.742	25.907 530.608	0,04851 0,04851

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Dividendos

Aos titulares de ações de qualquer espécie é assegurado, estatutariamente, em cada exercício, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária (artigo 202 da Lei nº 6.404/76).

O cálculo dos dividendos relativos ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 está demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Lucro líquido	360.072	39.282
(-) Compensação de Prejuízos Acumulados	-	(2.321)
	360.072	36.961
(-) Constituição de reserva legal	(18.004)	(1.848)
Lucro base para cálculo dos dividendos	342.068	35.113
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	85.517	8.779
Dividendos adicionais	197.532	-
(-) Dividendos antecipados	-	(1.706)
(-) Reserva de Lucros à Realizar (1)	(267.203)	-
Dividendos Propostos	15.846	7.073
Lucro Líquido do Exercício	360.072	- 39.282
·		39.202
(-) Efeito da Combinação de Negócios	(344.226)	-
Lucro Realizado (1)	15.846	39.282
Destinação do Lucro Remanescente	59.019	26.334
(-) Reserva Especial de Dividendos - 5%	(18.004)	(1.848)
(-) Reserva de Retenção de Lucros - Orçamento de Capital	(41.015)	(24.486)

⁽¹⁾ Para efeito de proposição dos dividendos estamos limitando ao montante do lucro realizado conforme o art. 197 da Lei das S.A.s, excluindo o efeito da combinação de negócio e constituindo uma reserva de lucros a realizar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Compromissos

A Companhia possui contratos para aquisição de energia elétrica, de longo prazo com vigência até setembro de 2014 e montante total contratado de aproximadamente R\$138.577.

Adicionalmente, a Companhia já tem assegurado contratualmente o fornecimento de suas necessidades de energia elétrica até outubro de 2019.

Historicamente, a Companhia tem consumido de forma integral as quantidades de insumos contratadas.

31. Obrigações com arrendamento mercantil

A Companhia acredita que os pagamentos de aluguéis mínimos, de arrendamento mercantil operacional, não canceláveis, referem-se ao período contratual do curso normal da operação.

O contrato possui cláusula de multa em caso de quebra contratual, equivalente a três meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esse contrato em 31 de dezembro de 2013, o montante da multa seria de R\$300 (31/12/2012 - R\$124).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, no total e para cada um dos seguintes exercícios, são apresentados a seguir:

	2013	2012
2013	-	328
2014	1.200	-
2015	1.200	-
2016	1.200	-
2017	1.200	-
2018	800	
	5.600	328

32. Transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Todas as decisões acerca de todas as operações da Companhia são submetidas à nossa Administração, conforme competências definidas pelo nosso Estatuto Social. Assim, as nossas operações, especialmente, aquelas que se deram com partes relacionadas, foram submetidas aos órgãos decisórios da nossa Companhia, conforme as regras vigentes.

As operações e negócios com partes relacionadas, quando realizadas, seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições, e de estrito interesse de cada empresa em sua realização, não gerando qualquer benefício ou prejuízo à Companhia, em detrimento das demais partes relacionadas ou partes independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Transações com partes relacionadas--Continuação

A Companhia é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações, que detém 57,31% das ações ordinárias da Sociedade. Os 42,69 % remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia adquiriu debêntures da sua coligada Tecsis em 31 de janeiro de 2013 no montante principal de R\$14.000 e em 28 de fevereiro de 2013 no montante principal de R\$24.000. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo total a receber perfaz o montante de R\$40.132, incluindo principal e juros do período. A amortização será pelo montante principal total de R\$38.000 em 31 de janeiro de 2015, com atualização monetária pelo IPCA + juros remuneratórios pagos semestralmente, de acordo com a escala a seguir:

- (i) IPCA + 6,5% a.a. de 31 de janeiro de 2013 até 31 de julho de 2013;
- (ii) IPCA + 8,5% a.a. de 1º de agosto de 2013 até 31 de janeiro de 2014;
- (iii) IPCA + 10,0% a.a. de 1º de fevereiro de 2014 até a 31 de janeiro de 2015.

Receita financeira obtida sobre as debentures emitidas pela coligada Tecsis foi de R\$4.327 em 2013 (R\$587 em 2012).

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga a esses membros está abaixo demonstrada:

	31 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2012
Despesas com benefícios de curto prazo	5.293	4.107

Não houve pagamentos de benefícios pós-emprego, de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

33. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.